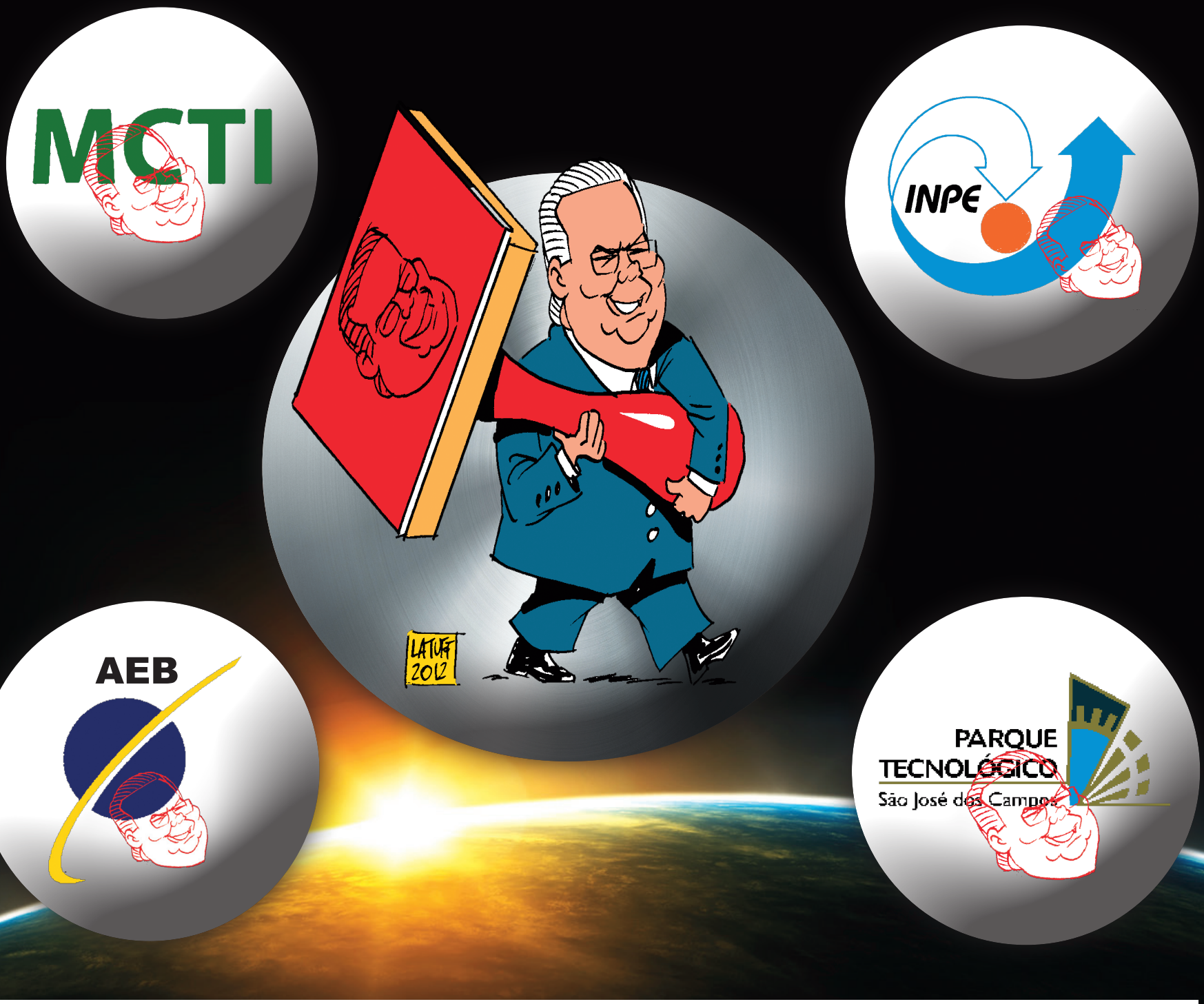
Ano 2 ■ Número 12 ■ Março de 2012

Jornal do SindCT

Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial

PERIGO no setor espacial



Nossa Luta Página 3

Trabalhadores da área de C&T lançam Campanha Salarial

Nossa Pauta Página 6

Governo federal e área espacial: uma relação complicada

Cultura Página 8

Cia. Bola de Meia propõe união da arte com a educação

Editorial

APÓS AS CONQUISTAS DE 2009, hoje sobra apreensão

Salários e Plano de Carreira

O momento político, administrativo e institucional traz para o INPE um clima de muita apreensão. O Instituto continua acéfalo, o que não quer dizer muito, porque também está sem rumo. Aguardamos a nomeação do novo diretor e definições quanto a mudanças da sua missão e subordinação à Agência Espacial Brasileira.

Os servidores públicos federais da Carreira de Ciência, Tecnologia e Inovação entraram em campanha salarial no dia 14 de março, buscando negociações que surtirão efeito em 2013, contra perdas inflacionárias de quase quatro anos. Em 2009 os salários dos servidores da CTI dobraram após 12 anos sem reajuste, dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e mais de um de Lula. Pode parecer que o governo quis resgatar a importância da atividade científica, mas na verdade o que aconteceu foi resultado da intervenção de um homem: José Alencar, denominado Patrono da Carreira de C&T, no CDTN de Belo Horizonte.

Modelo de homem público em todos os sentidos, Zé Alencar deixou ao Brasil uma grande lição de serenidade, humor, coragem, determinação e fé contra o câncer que o levou. Perguntado se temia a morte afirmou com um grande sorriso: "Se Deus quiser não precisa de câncer pra me levar; se Ele não quiser, não tem câncer que me leve". Há um ano, em 29 de março de 2011, foi encontrar-se com o Criador. Em tempo: vice manda sim, viu Zé?

Aquele reajuste só veio porque você mandou. Você consertou o nosso salário; mas já está estragando de novo, porque não tem política de desenvolvimento científico no Brasil, ninguém entendeu o seu recado, apenas não tinham como negar um pedido seu. Obrigado, Patrono.

CHARGE DO MÊS

Opinião

FUNDAÇÕES: abrir a caixa-preta

Funcate - fundação de apoio a quem?

O Jornal do SindCT (JS) já levantava em sua quinta edição (julho de 2011) questionamentos sobre o papel desempenhado pela Funcate (Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais) junto ao INPE e DCTA.

Dentre estes questionamentos encontrava-se a total falta de transparência da fundação em seus "negócios" envolvendo dinheiro público oriundo do orçamento destas instituições públicas de pesquisa ou, indiretamente, da Agência Espacial Brasileira (AEB).

Na oportunidade, o JS destacava a não observância, pela fundação, da Lei n° 8.958/94, nem do Decreto n° 7.423/10, que a regulamenta, principalmente por não tornar transparentes os contratos firmados junto à iniciativa privada, os nomes de servidores envolvidos nos vários projetos em andamento, com os respectivos pró-labores recebidos (também conhecidos como "bolsas"). Passados mais de oito meses, o portal da fundação na internet (www.funcate.org.br/transparencia) continua "em construção", sem qualquer informação à sociedade.

Aliás, denúncias envolvendo fundações de apoio a instituições públicas de ensino e pesquisa acontecem por toda parte. Universidades como Unesp, Unicamp, USP, UFSC e UnB já tiveram de se explicar junto ao Ministério Público acerca de como se dava a relação com suas respectivas fundações de apoio (leia dossiê completo sobre o tema em www.adusp.org.br/files/revistas/40/r40.pdf).

No INPE e DCTA, a Funcate atua geralmente intermediando serviços prestados por estes órgãos junto à iniciativa privada, como atividades de teste em laboratório, estudos técnicos, prestação de serviços, dentre outros. Apesar da legislação não permitir a cobrança das chamadas "taxas administrativas" por parte das fundações de apoio, sabe-se que, na prática, um percentual do valor do contrato (geralmente 10%) fica para a fundação a título de remuneração pela intermediação no negócio. Há inclusive denúncias de que parte deste dinheiro pago à Funcate acabe retornando às instituições públicas, que passam a gastá-lo de maneira mais "flexível", sem o rigor da legislação quando se trata de utilizar recursos públicos oriundos de orçamento próprio.

Funcate: muitas dúvidas, denúncias e desconfiança

Outra forma em que fundações como a Funcate vêm sendo utilizadas é através da celebração de convênios com o poder público, onde a fundação entra como agente executor, que por sua vez subcontrata a execução dos serviços junto a órgãos do INPE e DCTA, com o consequente pagamento de bolsas aos servidores envolvidos. Apesar deste pagamento de bolsas estar amparado por lei, a fundação deve fazê-lo de maneira transparente, com a publicação dos nomes dos servidores contemplados e respectivo valor pago a cada um, o que não é feito pela Funcate.

É preciso abrir a caixa-preta da Funcate, tornar públicos seus contratos, os beneficiários de suas bolsas, bem como investigar a existência de caixa-dois para utilização por parte de órgãos dos próprios institutos de pesquisa do governo. Com isto, a sociedade só tem a ganhar.

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDCT: Jornal do SindCT é uma publicação do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – fundado em 30 de agosto de 1989 ■ Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna ■ CEP 12.243-630 ■ São José dos Campos - SP ■ Tel/fax: (12) 3941-6655 ■ Responsabilidade editorial: a diretoria ■ Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30 ■ Tiragem: 7.000 exemplares / 2.500 assinantes eletrônicos ■ Jornalista Responsável: Fernanda Soares Andrade (MTB 29 972) ■ Edição: Claudia Santiago (MTB 14915) ■ Reportagem: Fernanda Soares, Marina Schneider (MTB 29.769/RJ), Sheila Jacob e Shirley Marciano (MTB 47686/SP) ■ Designer: Daniel Costa

Nossa Luta

SERVIDORES DE TODO O BRASIL juntos em Brasília

C&T lança Campanha Salarial 2012

O dia 14 de março foi marcado pelo lançamento da Campanha Salarial dos servidores da Carreira de C&T. Um ato público foi realizado em frente ao MCTI, com a participação de servidores de todo o país, inclusive representantes do INPE e DCTA.

Por Fernanda Soares

Em conversa com o ministro Marco Antonio Raupp, no dia 6 de fevereiro, em Brasília, os dirigentes do SindCT lembraram que no ano passado o então ministro da C&T, Aloísio Mercadante, negou apoio às reivindicações dos servidores, não enviando aviso ministerial ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Os representantes do Sindicato ressaltaram que a atitude do Ministério inviabilizou a busca de apoio junto a outros ministros que têm servidores de suas pastas na Carreira de C&T. Ao final do encontro foi agendada uma audiência do ministro Raupp com representantes do Fórum de C&T para o dia 15 de março, no MCTI.

Na ocasião, o ministro Raupp recebeu 29 representantes do Fórum de C&T, sendo quatro diretores do SindCT.

O Fórum de C&T apresentou três pontos ao ministro:

1 **Campanha Salarial:** composição da tabela salarial e sua reestruturação, e assuntos de revitalização dos institutos, como contratações e recursos.

2 **Gratificação-GQ:** solicitaram ao MCTI interlocução no Ministério do Planejamento – MPOG, para tratar sobre a regulamentação da Gratificação de Qualificação.

3 **GDACT:** solicitaram que a avaliação de progressão seja utilizada como critério de avaliação para a GDACT e o Comitê Interno de Plano de Carreiras seja utilizado como comitê de enquadramento. O Secretário-Executivo do Ministério, Luiz Elias, solicitou prazo até 30 de março para envio ao MPOG.

Durante reunião de avaliação do Fórum de C&T foi acordado que uma nova audiência com o ministro será solicitada para o dia 28 de março.

Shirley Marciano

Ivanil em discurso na abertura da Campanha Salarial 2012 em Brasília

Nova Reunião em 28/3

Para o presidente do SindCT, Ivanil Elisiário Barbosa, a campanha salarial deste ano é estratégica porque representa um momento em que identificamos um ciclo perverso de quatro anos entre os reajustes salariais. "Os governos têm sistematicamente usado recursos que seriam propriedade dos servidores para outros fins", afirmou.

De acordo com Ivanil este momento é de apreensão por causa da política de contingenciamento e do objetivo do superavit primário, que ameaçam os ajustes inflacionários e a recomposição dos quadros de servidores dos institutos.

"Para complicar este contexto, temos muita mudança institucional, com o aporte de novos atores e estruturas, em que os tradicionais interlocutores cederam lugar a novidades ainda desconhecidas", disse.

Segundo o presidente do SindCT, **"as necessidades do país atropelam as capacidades de resposta dos institutos, propiciando o ciclo perverso do desmonte da capacidade do estado e a privatização num modelo cruel concentrador das riquezas. Precisamos ajustar o nível da perplexidade, através da conscientização do povo, em defesa do patrimônio público, do bem comum e da justiça social."**

Princípio e critérios de formulação da nova tabela salarial da carreira de C&T

A proposta das Entidades Sindicais do Fórum de C&T de reestruturação da Tabela Salarial da Carreira de C&T, tem o objetivo de valorizar o Mérito – pilar essencial e histórico da Carreira de C&T – traduzido pela Titulação/Qualificação, assim como o reconhecimento, de fato, que Ciência e Tecnologia é estratégica para o estado brasileiro.

✓ **Estrutura Remuneratória** composta de Vencimento Básico e Retribuição de Titulação/Gratificação de Qualificação;

✓ **Fortalecimento** do Vencimento Básico;

✓ **Retorno dos percentuais** de 18%, 35% e 70% da Titulação (Especialização, Mestrado e Doutorado) sobre o Vencimento Básico, com a incorporação da diferença (dos atuais 105% para 70%) ao Vencimento Básico;

✓ **Retorno dos percentuais** da Gratificação de Qualificação (GQ1, GQ2 e GQ3) sobre o Vencimento Básico;

✓ **Incorporação da Gratificação** de Produtividade (GDACT) ao Vencimento Básico;

✓ **Correção de distorção** da estrutura remuneratória do Nível Intermediário em relação ao Nível Superior, em que o Padrão do teto salarial NI passa a corresponder ao segundo Padrão da Classe Inicial do NS;

✓ **Teto do Nível Auxiliar** correspondente a 70% do piso do Nível Intermediário.

✓ **Equiparação às demais carreiras** Estratégicas de Estado.

Em assembleia dos servidores do INPE e DCTA, no dia 7 de março, a proposta de tabela foi aprovada por unanimidade.

Pauta Específica de Reivindicações dos Servidores da Carreira de C&T:

✓ **Aplicação** da nova Tabela Salarial à Carreira de C&T;

✓ **Regulamentação** da GQ (Gratificação de Qualificação) dos servidores de nível intermediário: GQ1 – 360 horas de cursos de capacitação/qualificação; GQ2 – Graduação ou 400 horas de cursos de capacitação/qualificação; GQ3 – Graduação ou 440 horas de cursos de capacitação/qualificação.

✓ **Encaminhamento** imediato ao governo da proposta de nova legislação para a GQ – Gratificação de Qualificação dos servidores de nível intermediário, com base em carga horária de cursos de capacitação/qualificação: GQ I – 180 horas; GQ II – 250 horas; e GQ III – 360 horas.

✓ **Convocação** imediata dos aprovados nos últimos Concursos Públicos da Carreira de C&T;

✓ **Concursos Públicos** imediatos para a reposição de pessoal da Carreira de C&T;

✓ **Reconhecimento** do Tempo de Serviço trabalhado em Condições Especiais para fins de Aposentadoria e Abono de Permanência;

✓ **Garantia** das condições de trabalho e o respeito à Legislação de Trabalho Especial – Insalubridade, Periculosidade e Radiação Ionizante;

✓ **Reajuste** dos Auxílios de Alimentação, Saúde, Creche e Transporte, ao nível dos demais poderes da União;

✓ **Investimentos** imediatos do governo dirigidos à recuperação e modernização dos Órgãos da Carreira de C&T.

SÃO JOSÉ: Parque Tecnológico é espaço para difusão e troca de conhecimentos

Ciência, tecnologia e inovação são patrimônios de São José

A implementação de parques tecnológicos cria possibilidade de um espaço para difusão e troca de conhecimento entre institutos de pesquisa, universidades e empresas. Um empenho em conjunto que pode beneficiar as empresas, a comunidade científica e a sociedade. Seu objetivo é o fomento da ciência, tecnologia e inovação por meio de parcerias público-privadas.

Por Shirley Marciano

Em São José dos Campos houve contestações no formato aplicado para a gestão do Parque quando se transferiu para uma Organização Social (OS). É sabido que já existem órgãos públicos de pesquisa para essa competência. Bastaria ter dialogado com quem já atua na área, dentro do serviço público, investir e, assim, viabilizar os projetos em parceria com o setor privado.

Seria um caminho no qual otimizaria custo, aproveitando os técnicos e o acúmulo de conhecimento, sem ter que começar inventando a roda. Sobretudo, haveria a garantia, através dos mecanismos públicos existentes, da transparência na aplicação dos recursos.

Cronologia do Parque

Um longo caminho de sete anos. Vejamos as etapas:

2005 Representantes do Governo do Estado iniciaram junto à Prefeitura os detalhes para criação do Parque Tecnológico em São José.

2006 A Prefeitura compra o prédio da antiga empresa Solectron, onde foi instalado o núcleo do Parque Tecnológico.

2007 A Administração Municipal anuncia a aquisição de um terreno de 980 mil metros para o núcleo do Parque. No mês de dezembro, em Sessão Extraordinária, a Câmara de São José aprova um projeto de Lei encaminhado pelo Executivo Municipal, sancionado pelo prefeito, que autoriza o Poder Executivo a celebrar com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento a abertura de crédito especial à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia no valor de R$6.813.000,00. Seu objetivo é a construção e instalação de pavilhão para abrigar o condomínio empresarial e a central de incubadora no Parque Tecnológico de São José.

Em 21 de dezembro é publicada a Chamada Pública para contratar uma Organização Social (OS) para transferência da gestão do Parque Tecnológico. No mesmo dia é aprovada no Boletim do Município a criação da OS Associação Parque Tecnológico, que viria a ser a vencedora da concorrência na Chamada Pública realizada pela Prefeitura.

2008 O prazo final para inscrições dos interessados e apresentação das propostas para gestão do Parque é fixado em 25 de janeiro. Prazo considerado muito curto para uma concorrência pública.

Após duras críticas da opinião pública, do Poder Legislativo, de entidades sindicais e da sociedade civil, como a OAB e a Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos, a Prefeitura revê a data e a prorroga por um mês.

Uma concorrência estranha e duvidosa

A Organização Social denominada Associação Parque Tecnológico ganhou a concorrência e, assim, passou a gerir o órgão. Foi clara a intenção do governo municipal de transferir a gestão do Parque a uma Organização Social, mas a forma como se deu tornou o processo moralmente duvidoso, haja vista as coincidências ocorridas.

A Chamada Pública possui a mesma alma de uma licitação, visa a concorrência pública, o que garantiria a idoneidade do processo.

Ocorre que o Sr. Marco Antonio Raupp, à época diretor Pró-Tempore do Parque, que desde o início esteve envolvido no projeto básico, era também o dirigente da Organização Social Parque Tecnológico. Além disso, foi um dos responsáveis na Comissão de escolha da OS na Chamada Pública, ainda que indiretamente. Assim, foi descaracterizado um processo que deveria ter como pilar a isonomia.

O então presidente da OAB de São José dos Campos, Luiz Carlos Pêgas, chegou a ameaçar publicamente recorrer à Justiça caso a Associação Parque Tecnológico fosse habilitada para o certame.

Divulgação

Parque Tecnológico de São José dos Campos

Ação Popular e parecer do Tribunal de Contas

Houve vários momentos que precisam ser lembrados para toda a história.

1 Em março de 2008, o Sindicato dos Servidores Municipais e um vereador da cidade, Wagner Balieiro, entraram com Ação Popular para inviabilizar a referida Chamada Pública. Entretanto, segue lentamente os trâmites da Justiça, mas o Parque está funcionando normalmente e com a gestão da vencedora da "concorrência" pública.

2 O Tribunal de Contas do Estado – TCE – auditou o Parque Tecnológico e constatou irregularidade fundamentada também no processo de escolha da gestora do Parque Tecnológico (TC-000553-007-09). O TCE considera a "Chamada Pública" irregular.

"Entendemos que seria descabido [...] qualificar uma associação que havia sido constituída em agosto de 2007, que não possuía patrimônio próprio, sede própria, vida própria e que pretendia viver por conta do contrato de gestão com o poder público", afirmam os auditores em um dos trechos do relatório" (O Vale, set/2011).

Nesta mesma linha, o vereador Balieiro, autor da Ação Popular, destacou:

"Cabe aos poderes constituídos do Judiciário cumprir o seu papel. Esta Chamada Pública deveria ter sido impugnada à época e não foi. O mínimo que a sociedade espera é que seja garantida a transparência nos processos".

Sucateamento de órgãos de pesquisa já existentes

Este sucateamento precisa ser entendido em todas as suas dimensões.

A Quando se fala em fomento da tecnologia e inovação, automaticamente pensa-se em envolver diretamente órgãos como INPE e o DCTA na criação de um Parque Tecnológico. No entanto, alguns poucos pesquisadores foram destacados e o restante ficou alheio a qualquer discussão sobre o assunto, pois foram utilizados critérios políticos e não técnicos.

B Outro fator que faz concluir que de fato há intenção de esvaziar os órgãos públicos de Ciência e Tecnologia é a quase inexistência de concursos e a falta de incentivo a projetos importantes, como o VLS.

C Os órgãos públicos de Ciência e Tecnologia vivem um processo de progressivo esvaziamento, pois ano a ano ocorrem as aposentadorias e não há renovação dos quadros para que sejam feitas as transferências de conhecimento. Os Institutos de Pesquisas estratégicos estão perdendo sua razão de existir.

EM CAMPINAS, exemplo interessante

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI

Inaugurado em 1982, em Campinas, com cerca de 280 pesquisadores atuando em 10 laboratórios, o CTI dispõe de uma infraestrutura altamente especializada e constantemente modernizada para sustentar atividades voltadas para geração de inovação em bens e serviços de Tecnologia da Informação - TI.

Esse Centro é uma unidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, que atua na pesquisa e no desenvolvimento em tecnologia da informação. Tem uma intensa interação com os setores acadêmico e industrial. Seus principais focos de atuação são a área de componentes eletrônicos, microeletrônica, sistemas, software e tecnologias 3D para indústria e medicina.

Para falar sobre a implementação do Parque Tecnológico em Campinas, o Jornal do SindCT conversou com Carlos Passos, o coordenador do CTI-Tec da cidade. Ele explica o que se espera com essa ação e enumera alguns benefícios esperados, como o desenvolvimento de projetos inovadores na área da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Jornal do SindCT: Qual o cronograma de implantação do Parque Tecnológico?

Carlos Passos: O cronograma de implantação está dependendo da liberação de recursos já contratados da Finep, mas ainda não foram liberados.

Jornal do SindCT: Seguindo o modelo de São José, será contratada uma Organização Social para administrar o Parque?

Carlos Passos: A gestão do CTI-Tec, conforme previsto na portaria de criação do parque, será de responsabilidade do CTI, com o apoio da FACTI nas questões administrativas e financeiras.

Jornal do SindCT: Como o servidor público recebe o Parque? Há receios quanto a uma possível perda da exclusividade nas pesquisas por envolver a iniciativa privada? Ou o servidor tem visto com bons olhos?

Carlos Passos: O CTI não prevê a terceirização de suas pesquisas, pelo contrário, espera-se uma ampliação do seu potencial, obtida a partir da interação com os integrantes do parque. Espera-se também, a exemplo do que vem ocorrendo em outros parques, um aumento na contratação de Pesquisa e Desenvolvimento- P&D e de serviços tecnológicos do CTI.

Jornal do SindCT: Quais poderão ser os principais benefícios regionais para a sociedade, empresas e à ciência e tecnologia brasileiras?

Carlos Passos: Os principais benefícios esperados são:

- ✓ Propiciar o desenvolvimento de projetos inovadores na área de Tecnologia na área da Informação e Comunicação (TIC);
- ✓ criar um ecossistema tecnológico propício à geração de produtos com alto valor agregado;
- ✓ favorecer a sinergia e ações de cooperação entre empresas e o CTI, visando ao aumento de competitividade de ambos;
- ✓ apoiar o acesso das empresas aos mercados nacional e internacional;
- ✓ Assegurar acesso à infraestrutura de P&D (laboratórios e competências) do CTI;
- ✓ viabilizar a incubação de empresas e a geração de spin-offs. *(SM)*

Sorocaba: Segundo Parque Tecnológico do Estado de SP

Inauguração oficial será em junho

O Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS) será o segundo a receber o credenciamento definitivo junto ao Governo do Estado. A receber o credenciamento definitivo junto ao Governo do Estado. Segundo a coordenadora de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Desireé Moraes Zouain, a documentação foi encaminhada e o credenciamento deve acontecer durante a inauguração do parque, que ocorrerá em junho. A informação foi dada durante a apresentação da Conferência Internacional de Inovação em Parques Tecnológicos - Conintec.

A Conintec marcará a inauguração oficial do Parque Tecnológico de Sorocaba, que contará com nove palestrantes internacionais e outros 15 brasileiros. O único nome divulgado até agora é do ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp.

O vereador de Sorocaba, Izídio de Brito, destaca a importância de se implementar o Parque respeitando e consultando os setores da sociedade para que seja um processo no qual todas as empresas participem e, assim, toda a sociedade ganhe.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, a participação da entidade enriquece o diálogo, pois os trabalhadores estão diretamente ligados a utilização das ferramentas tecnológicas. Atualmente o Sindicato não participa das discussões. *(SM)*

Foguinho/Imprensa Sindicato dos Metalúrgicos

Organizações Sociais: rumo à privatização

De acordo com a Lei N° 9.687, de 15/5/1998, criada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, "o Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei."

A criação das OS´s joga em dois sentidos. De um lado, tenta dar aparência de uma proposta com uma faceta "popular", quando admite que qualquer Organização não Governamental - ONG - ou Associação de Usuários possa se habilitar a assumir um estabelecimento público. Por outro lado, a proposta é clara ao definir que estas entidades são de "direito privado". Uma lei que joga contra a lisura e a transparência.

A questão é: dinheiro público, regras para utilização públicas!

As "facilidades" das OS:

1 É possível contratar pessoal sem concurso público, seguindo as normas do mercado de trabalho e adotando a CLT.

2 Poderá adotar normas próprias para compras e subcontratações. Ficam livres das normas próprias que regulam as despesas com recursos do governo.

3 Receberão dotações de recursos orçamentários do governo através dos Contratos de Gestão sem licitação.

4 Não há regulamentação legal sobre o tema. Como ficam as questões estratégicas de pesquisas desenvolvidas dentro dos Órgãos Públicos, como INPE e DCTA? *(SM)*

O PAPEL do INPE no desenvolvimento do País

Governo federal e área espacial: uma relação complicada

Para o SindCT, a área espacial é estratégica para o desenvolvimento e a soberania do país. Neste raciocínio, a demora na definição quanto ao nome do futuro presidente do INPE é um vexame protagonizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Por Claudia Santiago

Os sucessivos governos que vêm se alternando no comando do Brasil, desde a década de 90, têm uma característica comum. Não reconhecem a área da Ciência e Tecnologia como estratégica para o desenvolvimento do país. Tirando um curto intervalo durante o segundo governo Lula, quando foram realizadas contratações e houve um aumento no orçamento do setor, a Ciência e a Tecnologia têm vivido um grande marasmo.

É isto o que vem acontecendo na prática, embora se diga o contrário. "O Programa Espacial Brasileiro representa importante setor da economia nacional, quer pelo seu elevado conteúdo científico, tecnológico e de inovação, quer pelo aspecto estratégico que ocupa na política governamental, contribuindo de maneira decisiva para a soberania do País". Estas são as três primeiras linhas da parte destinada à área espacial no documento Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – 2012-2015, do MCTI.

Estranha demora sobre o diretor do INPE

É neste quadro que se insere a indefinição quanto ao nome do futuro presidente do INPE desde que o atual diretor Gilberto Câmara, pesquisador em Geoinformática e Modelagem Ambiental, pediu demissão do cargo que passou a ocupar em 2005. Antes de assumir a direção geral do instituto, Câmara havia sido diretor para a Observação da Terra de 2001 a 2005.

O ministério recebeu, em meados de dezembro, a indicação de três nomes feita por um comitê de buscas. Foram avaliados onze candidatos, mas o nome do novo diretor até agora não saiu.

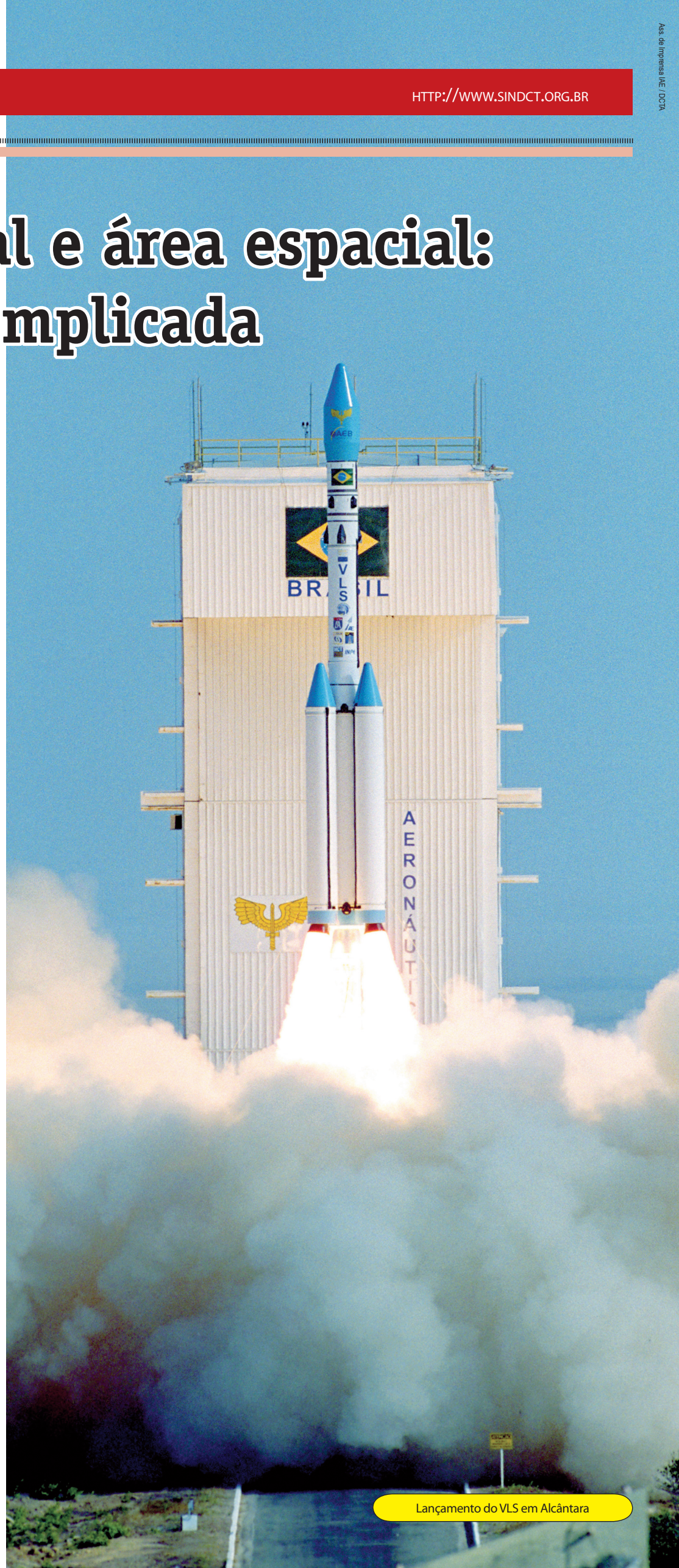
Do desenvolvimentismo ao esvaziamento do INPE

A nomeação de Marco Antonio Raupp para o Ministério, no mês passado, também traz informações que nos podem ajudar a entender qual a visão do governo para o setor aeroespacial.

Raupp conhece a área. Foi diretor geral do INPE, diretor do Parque Tecnológico de São José e presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB). Inicialmente ligado a Renato Archer, do grupo estatista/desenvolvimentista, ministro da Ciência e Tecnologia do governo José Sarney, em 1986, Raupp desenvolveu posteriormente uma trajetória que se afasta desses ideais. Archer morreu em 1996.

Sua linha de pensamento, hoje, está voltada mais para a atração de empresas privadas ao setor de pesquisas e para a gestão através de Organizações Sociais, o que, na prática, significa o esvaziamento do INPE.

Este tipo de gerenciamento não prevê a realização de concursos públicos, principal reivindicação dos funcionários do órgão que temem a perda do conhecimento acumulado desde a criação do INPE e DCTA. A terceirização e os baixos salários estão afastando a juventude do ITA e de outras universidades do Programa Espacial Brasileiro.



Lançamento do VLS em Alcântara

Ass. de Imprensa IAE / DCTA

PRIVATIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO a caminho?

Os muitos impasses para os trabalhadores do INPE

A síntese da nova prática que o ministro Raupp quer imprimir ao setor pode ser resumida em duas palavras: privatização e internacionalização. Uma dupla que traz várias consequências para os trabalhadores do INPE e DCTA.

Ass. de Imprensa INPE

Satélite CBERS no Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE

1 Contratação mais flexível e privatização

Em entrevista à jornalista Sabine Righetti, do jornal Folha de S. Paulo, logo após assumir o Ministério, em 24 de fevereiro, Marco Antonio Raupp afirmou que sua prioridade é o estímulo à ciência por meio de parcerias com empresas. Sobre contratações de novos funcionários, ele não deixa dúvidas. "Temos de ter aparato legal para conseguir contratar de maneira mais flexível. Mas me pergunto se é o Estado que deve contratar todas as pessoas para fazer pesquisa no país. É evidente que não. Por isso, insisto nas parcerias com o setor privado", afirmou.

Na mesma entrevista ele dá pistas do que serão suas prioridades à frente do órgão: "a ciência que dá certo no país está nos setores de petróleo, agricultura e aviação, em que as pesquisas são feitas com a colaboração entre universidades e grandes empresas".

2 Subordinação do INPE à AEB

Um ponto dolorido entre os trabalhadores do INPE e o novo ministro está na subordinação do INPE à AEB, proposta ventilada no ano passado quando Raupp era presidente da Agência.

O SindCT teme pelo enfraquecimento do INPE que, a partir da reestruturação do MCTI, ficará subordinado à AEB. A agência será o braço executivo do novo Conselho Nacional de Política Espacial (CNPES), órgão de assessoramento superior da Presidência da República para formular e fazer cumprir a política espacial brasileira.

As atividades de pesquisa espacial, gestão da infraestrutura, serviços e contratação de projetos, hoje a cargo do INPE e do IAE/DCTA, serão integradas, direta ou indiretamente, à estrutura organizacional da nova Agência.

"Ao INPE e DCTA caberá desenvolver, por meio de projetos de sistemas espaciais, subsistemas, equipamentos, componentes, materiais e processos, as novas tecnologias que viabilizarão o Programa Espacial Brasileiro. Nesse contexto essas instituições assumirão o risco do desenvolvimento tecnológico até que as tecnologias selecionadas atinjam um grau de maturidade suficiente para sua transferência ao setor industrial".

(P.207 da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015)

3 O ministro e a internacionalização

Na presidência da AEB o atual ministro, Marco Antonio Raupp, defendeu a inclusão do setor privado na execução e gerenciamento do Programa Espacial Brasileiro. Entre as mudanças que defendeu está a que permite que empresas possam exercer a função integradora dos projetos de satélites e lançadores, hoje a cargo do INPE e DCTA.

No dia 14 de março, uma notícia veiculada pela Agência Brasil causou indignação ao ex-presidente do SindCT, Francisco Conde. Trata-se da compra de componentes do programa Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB) de empresas norte-americanas. A coordenação geral do programa será da AEB. Como informa a Agência Brasil, o SGB está sendo desenvolvido em parceria pela Embraer e a estatal Telebras. Houve dispensa de licitação.

"Duas coisas caracterizam esse projeto: as compras internacionais, que serão bastante grandes e, certamente, existem empresas norte-americanas que poderão participar dessa escolha, e será a empresa integradora, a principal", disse o ministro aos repórteres Gilberto Costa e Renata Giraldi.

Francisco Conde protestou nas redes sociais em relação às "compras internacionais, que serão bastante grandes" e ao fato de que "empresas norte-americanas poderão participar dessa escolha". Para ele, os eixos estão dados: compra de tecnologia americana e apoio à Observação da Terra. "Para a área espacial do INPE, mesmo para a científica, nada. É a dependência espontânea, sem precisar ninguém pedir: gastamos o nosso dinheiro para vocês se desenvolverem e, nós mesmos, matamos o nosso desenvolvimento", opinou.

Foco do programa do governo é a biodiversidade

Governo reduz orçamento da Ciência e Tecnologia

De acordo com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015, entre os principais desafios para o setor nos próximos quatro anos está a expansão da liderança brasileira na economia da biodiversidade e a redução da defasagem científica. Ou seja, o Programa Espacial não está no foco, mas sim o meio ambiente.

Além disso, outro fator surge como motivo de preocupação para os trabalhadores da área: o MCTI perdeu quase R$ 1,5 bilhão do orçamento de 2012.

Diante deste fato, cabe a pergunta: como expandir liderança com corte no orçamento? Parece não ficar muita dúvida sobre o fato de que a competitividade brasileira será prejudicada com o corte na área.

Como dissemos nas edições anteriores do Jornal do SindCT, o desenvolvimento do setor aeroespacial agrega valor à indústria nacional na medida em que esta o incorpora aos seus produtos e processos produtivos. Um corte nesta proporção prejudica toda a cadeia produtiva.

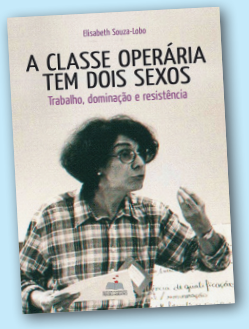
Este é o segundo ano consecutivo que acontecem cortes no setor, deixando o país longe do patamar sugerido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) de 2,2% a 2,5% do PIB para a Ciência e Tecnologia. O investimento, hoje está na ordem de 1,2%, com previsão de aumento para 1,8% em 2014.

Em síntese, o foco do governo não é a pesquisa espacial.

LIVRO

A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência

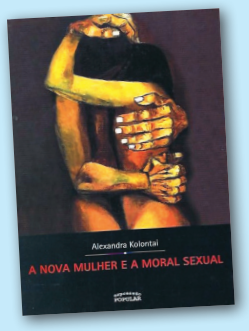
Elisabeth Souza-Lobo
Ed. Fundação Perseu Abramo
R$ 45,00



Este livro oferece importantes análises sobre a situação das operárias brasileiras. Ele aborda o processo de trabalho e a divisão sexual nos estabelecimentos industriais do ABC paulista, mostrando a participação das mulheres nas lutas sindicais. A autora introduz o conceito de gênero nos estudos sobre o mundo do trabalho, deixando claro que "a classe operária tem dois sexos", e que "operário não é igual a operária". Este material contribui para pensar as estratégias de luta na construção de relações de gênero igualitárias. Nas palavras da filósofa Marilena Chauí, o livro é uma "contribuição duradoura para os que estão empenhados na emancipação de homens e mulheres".

A nova mulher e a moral sexual

Alexandra Kolontai
Ed. Expressão Popular
R$ 12,00



Os dois textos aqui reunidos, apesar de escritos em 1918, são importantes para refletir sobre as conquistas da mulher e sobre os desafios atuais de construção das novas relações de classe e gênero. Escrito pela revolucionária russa Alexandra Kolontai, o livro faz uma análise da situação da mulher na sociedade burguesa, oprimida por um código moral no qual a propriedade privada era prioridade. A partir das conquistas da Revolução Russa, a autora apresenta a necessidade da reorientação no comportamento do homem e da mulher na nova estrutura social: um amor-companheiro, com direitos e responsabilidades iguais, respeito à individualidade e apoio mútuo.

CULTURA POPULAR: uma experiência de arte e educação em São José

Companhia Bola de Meia aposta na arte e na cultura para melhorar ensino e qualidade de vida

Por Shirley Marciano

Emília Baldim

Turma de teatro Bola de Meia

A Companhia Cultural Bola de Meia é uma organização civil de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Fundada em 1989 na cidade de São José dos Campos, sua principal missão é a pesquisa, transmissão e circulação da Cultura Popular Brasileira por meio da Tradição Oral e da Cultura da Infância. Seus integrantes atuam na formação permanente e buscam conexões entre arte, educação e meio ambiente, pois acreditam que a cultura contribui para a melhoria da qualidade do ensino, de vida e do planeta.

A pedagogia utilizada pela Companhia é inspirada no educador Paulo Freire, sintetizada na expressão "Ação-reflexão-ação". O universo de estudo e atuação da instituição consiste de um lado na relação com os mestres da tradição oral e de outro com a cultura tradicional do universo infantil. A transmissão e circulação dos saberes e fazeres culturais ocorre com projetos selecionados e aprovados em editais públicos. São realizadas apresentações artísticas, consultoria, promoção e coordenação de seminários, palestras e oficinas de formação, educadores e comunidade de Escolas, Pontos de Cultura, Casa Abrigo, CREAS (Centro de Referência em Assistência Social), e outros segmentos. Também são produzidos e divulgados documentários, CDs, exposições, mostras e projetos aprovados em âmbito municipal, estadual e federal, com parcerias de empresas privadas e instituições sócio-educativas-culturais.

Vinícius da Silva Oliveira, de 14 anos, há três anos faz parte do grupo de teatro e explica a importância da Companhia Bola de Meia em sua vida. Para ele, além de estar mais aberto à aprendizagem, o grupo contribui para um enriquecimento cultural. "É muito bom também para ficar uma pessoa mais desinibida", afirma o jovem.

Dentre as atividades realizadas pela Companhia desde a sua criação estão a pesquisa, vivência, aprendizagem e envolvimento com mestres da tradição oral e culturais da região do Vale do Paraíba Paulista, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte (1983); pesquisa sobre criação de músicas e espetáculos para crianças (1985); circulação artística em escolas da rede pública de ensino (1986). Em 1998, a instituição foi selecionada e aprovada pelo Programa Crer pra Ver, iniciativa Natura Cosméticos, e desenvolveu o Projeto "Cantar e contar, um ato de educar" em parceria com a EMEF Prof Maria Ofélia e a Secretaria Municipal de Educação de São José dos Campos.

Instituição precisa de mais investimentos

A Companhia Bola de Meia possui projetos selecionados e aprovados em editais públicos pelo Ministério da Cultura e pela Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. Em 2005, a instituição foi selecionada e aprovada em edital do Ministério da Cultura e passou a atuar como Ponto de Cultura com o Projeto "Cultura Cidadania". Em 2009 passou a atuar como Pontão de Cultura em nível nacional com a seleção e aprovação do Projeto "Brinca Brasil", que prevê oficinas de aprimoramento artístico e cultural para educadores, pesquisas sobre os mestres de tradição oral e a Cultura da Infância, além de registro em livro, CD e DVD. As ações do Pontão de Cultura Bola de Meia foram ampliadas através da parceria com a TV Mundial e o Projeto Ligando os Pontinhos, que propõe a realização de programas de TV infantil que valorizam e divulgam experiências com êxito relacionadas à criança e ao adolescente.

Além do financiamento de projetos, a instituição consegue sustentabilidade através de campanhas, doações, espetáculos, oficinas, CDs, livros, jogos, brinquedos etc. Segundo Jacqueline Baumgratz, presidente da Companhia Cultural Bola de Meia, a instituição vive em constante dificuldade para tocar os projetos por problemas financeiros. "Ela conta com uma verba fixa mensal por três anos por projeto escolhido. No entanto, os demais dependem de patrocínios e colaborações que são conseguidas com muita batalha diária", explica. Jaqueline diz ainda que a Fundação Cultural de São José possui uma verba de R$23 milhões ao ano e não tem dentro de suas oficinas projetos de tamanha grandeza e diversidade como o Bola de Meia. "Deveria se levar em conta que a cultura nasce do povo e não dentro de salas com pessoas que nada tem a ver com cultura, como é o caso do atual conselho da Fundação, salvo algumas exceções", critica.

Para saber mais sobre os projetos do Bola de Meia, basta acessar *http://www.ciabolademeia.org.br/*

Prêmios recebidos pela Companhia do Ministério da Cultura e da SEC de SP:

2007 ..... **Escola Viva**
2008 ..... **PAC 06 SEC/SP Folia de Reis**
2008 ..... **Pontinhos de Cultura - Ação Ludicidade**
2009 ..... **Areté**
2009 ..... **Tuxaua**
2009 ..... **SEC/SP Emenda Parlamentar**
2010 ..... **Interações Artísticas**
2010 ..... **Areté**
2010 ..... **Pontinhos de Cultura – Ação Ludicidade**
2011 ..... **ProAc – Culturas Tradicionais**

DOENÇA DO TRABALHADOR: problema que aparece na aposentadoria

Casos de câncer ocupacional podem atingir 12 milhões em todo o mundo

O trabalho como fator de risco para o câncer é maior do que os relacionados ao álcool, à exposição excessiva ao sol e radiações.

*Por José Roberto Sodero Victório**

A União Internacional contra o Câncer prevê que, em 2020, o número de casos de câncer ocupacional atinja 12 milhões em todo o mundo, um alerta importante com relação à doença.

Esse tipo de enfermidade tem chamado cada vez mais a atenção dos profissionais da segurança e da saúde do trabalhador, ao ponto de ter sido um dos principais temas do *9º Fórum Presença da Anamt da Bahia*, em outubro de 2009, e do *14º Congresso Nacional da Anamt*, ocorrido em Gramado, em maio de 2010.

Em 2002, seis milhões de pessoas morreram devido à doença. O trabalho como fator de risco para o câncer é maior do que os relacionados ao álcool, à exposição excessiva ao sol e radiações.

O trabalho como fator de risco para o câncer é maior do que os relacionados ao álcool, à exposição excessiva ao sol e radiações

De acordo com o Dr. Marco Antônio Rêgo, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), "raramente o câncer ocupacional é diagnosticado durante a atividade profissional, e sim quando o trabalhador já está aposentado".

Dificuldade no diagnóstico

Isso dificulta o diagnóstico da doença de origem laboral — que depende de uma análise ocupacional bem feita, lembrando que do ponto de vista clínico, anátomo-patológico e radiológico, esses cânceres não se diferenciam dos de outras origens. Ainda assim, começa a haver maior atenção sobre o assunto.

"São vários os fatores que aumentam a percepção da importância do câncer ocupacional. Tem havido uma maior difusão das informações relacionadas à saúde do trabalhador, com a criação de diversos cursos, serviços e normatizações. Além disso, os trabalhadores, em seus sindicatos, também estão mais atentos à questão da saúde. Soma-se, também, o fato de muitos trabalhadores estarem mantendo suas atividades pelo período de latência do câncer, após os anos de exposição", explica o Dr. Marco.

Raramente o câncer ocupacional é diagnosticado durante a atividade profissional, e sim quando o trabalhador já está aposentado

O trabalho por turno

Segundo o médico do trabalho, os cânceres ocupacionais mais comuns são os de pulmão, de pele e do sistema linfo-hematopoiético. Há outros mais raros, mas com grande especificidade para um determinado agente, como mesotelioma da pleura e amianto; angiossarcoma do fígado e cloreto de vinila; tumor de seios nasais e trabalho com poeira de madeira, cromo e níquel.

Há, também, um grande elenco de carcinogênicos — substâncias que facilitam o surgimento de câncer — que se associam a tumores específicos. Ademais, existem estudos que preveem uma relação entre o revezamento de turnos de trabalho e o câncer.

Neste caso, a privação do sono pode causar distúrbios na regulação hormonal e imunológica, mais uma mostra de que a Medicina do Trabalho não pode ignorar os hábitos pessoais e privados no diagnóstico e tratamento das doenças laborais.

José Roberto Sodero Victório é advogado especialista em Direito do Trabalho, Administrativo e Previdenciário, doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais e assessor Jurídico do SINDCT

Inimigo silencioso

Radiação ionizante: consequências para os humanos são muitas e variáveis

Os efeitos tardios são difíceis de distinguir

Por José Roberto Sodero Victório

Segundo Fábio Antonio Schaberle e Nelson Canzian da Silva, do Departamento de Física, da UFSC, as consequências das radiações para os humanos são muitas e variáveis, dependendo dos órgãos e sistemas atingidos. De um modo geral os efeitos são divididos em efeitos somáticos e efeitos hereditários.

Os efeitos somáticos surgem de danos nas células do corpo, e apresentam-se apenas em pessoas que sofreram a irradiação, não interferindo nas gerações posteriores.

Alguns exemplos de efeitos somáticos imediatos produzidos por exposição radioativa aguda são: leucopenia, anemia, trombocitopenia, obstrução dos vasos, fragilidade vascular, l: secreções alteradas e lesões na mucosa do sistema gastrointestinal

Os efeitos tardios são difíceis de distinguir, pois demoram a aparecer e não se sabe ao certo se a patologia se deve à exposição radioativa ou ao processo de envelhecimento natural do ser humano. A identificação dos efeitos tardios causados pelas radiações só podem ser feitos em situações especiais.

Os tecidos mais sensíveis à radiação são os da medula óssea, tecido linfóide, dos órgãos genitais, os do sistema gastro-intestinal e do baço

Transmissão para os descendentes

Os hereditários ou genéticos surgem somente no descendente da pessoa irradiada, como resultado de danos por radiações em células dos órgãos reprodutores, as gônadas.

A ação das radiações no organismo humano produzem uma série de efeitos, que representam danos diferentes para cada região afetada.

Os tecidos mais sensíveis à radiação são os da medula óssea, tecido linfóide, dos órgãos genitais, os do sistema gastro-intestinal e do baço. A pele e os pulmões mostram sensibilidade média, enquanto que os músculos, tecidos neuronais e os ossos plenamente desenvolvidos são os menos sensíveis.

SAÚDE EM ALERTA: usuários da saúde pública podem sair perdendo

Terceirização de serviços públicos não melhora atendimento

A terceirização das UPA's de São José acaba com o atendimento humanizado e o vínculo de amizade entre pacientes, médicos e enfermagem

Eliete Guimarães e Fernanda Soares

São José adotou, desde administrações passadas, a política de terceirização de serviços públicos, alegando melhorar o atendimento à população.

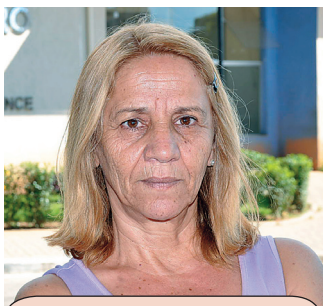
Dentre os serviços terceirizados estão a merenda escolar, a faxina, os serviços de portaria, o Parque Vicentina Aranha e o Hospital Municipal. A novidade agora é a terceirização das Unidades de Pronto Atendimento - UPA's.

Para o Sindicato dos Servidores Municipais de São José, a terceirização do Hospital Municipal não trouxe melhorias. Terceirizado em 2006, apresenta piora nos atendimentos. Faltam remédios e materiais básicos como luvas, lençóis e agulhas para anestesia.

Viviane Castro dos Santos, paciente em busca de atendimento no dia 7 de março, disse que aguardava o resultado de seu exame de sangue há mais de 7 horas. Ela já havia passado pela UPA do Parque Novo Horizonte e pelo Hospital Clínicas Sul nos dois dias anteriores. Em nenhum dos locais teve atendimento rápido e nem solução para o seu problema.

"Se precisar de alguma especialidade de emergência, não tem. Estou com alergia e não há dermatologista para me atender", disse.

No mesmo dia 7, **Maria Piedade Paulo** aguardava atendimento há mais de meia hora. "Estou com infecção urinária, mesmo assim, já sei que tão logo eu não saio daqui".



Maria Piedade Paulo

Viviane Castro dos Santos

Fotos: Fernanda Soares

Outubro de 2011: Paralisação geral dos Servidores Municipais de SJC em frente ao Paço Municipal

Eliete Guimarães

Ao serem questionadas sobre as mudanças que ocorreram após a terceirização, a resposta foi a mesma: "depois que terceirizou, piorou".

Viviane faz um alerta: "quando estive na UPA a moça que atendia falou: 'se vocês acham que está ruim, espera terceirizar, aí vai piorar mesmo".

Ildemar Cavalcante Guedes é médico da prefeitura há 31 anos. Já trabalhou no Hospital Municipal da Vila Industrial e no Hospital Clínicas Sul. Hoje, Dr. Guedes atende no Hospital do bairro Eugênio de Melo, que não é terceirizado. "Não sinto dificuldade de trabalhar lá, no pronto socorro da Vila é difícil", diz.

Piso inicial dos médicos em São José é o menor da região:

São José → R$ 2.139,32
Taubaté → R$ 3.597,10
Caçapava → R$ 3.450

Número de médicos cada vez mais reduzido

O número de médicos na rede pública de São José vem sendo reduzido drasticamente. Na campanha de 2008, o prefeito afirmou que havia 930 médicos na rede. Hoje a cidade só tem 688. Só nos últimos sete meses, mesmo com contratações, a cidade perdeu 25 médicos. Isso é consequência dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho.

No último concurso público realizado pela Prefeitura para a contratação de alguns poucos médicos em 2012, dos nove cargos oferecidos, cinco tiveram baixa procura: neurologista (um candidato – uma vaga), psiquiatra (três candidatos – uma vaga), reumatologista (quatro candidatos – uma vaga), infectologista (sete candidatos – uma vaga) e Medicina Preventiva e Social, que não atraiu nenhum interessado e será cancelado.

"A grande dificuldade para contratar médicos é o salário muito baixo. A única coisa que a gente recebe de reajuste desde que o PSDB assumiu é o gatilho, e eles já tentaram nos tirar isso", contou Dr. Guedes ao Jornal do SindCT.

O vereador Wagner Balieiro, que tem acompanhado essa situação, encaminhou um pedido de informações, que será votado na Câmara Municipal, cobrando explicações da prefeitura e também as medidas para resolver essa situação mesmo tendo poucos recursos em caixa.

A cidade possui verba para aplicar na saúde

"A prefeitura repassa mais de 100 milhões por ano ao Hospital Municipal.Mas não sei como funciona a administração, os diretores da Organização Social que administra o hospital agem de acordo com seu ideário", afirma Dr. Guedes.

De acordo com o Sindicato dos Servidores Municipais, ano após ano sobra dinheiro que foi aprovado para ser investido na Saúde, mas o prefeito Cury não quis usá-lo. Só no ano passado, deixaram de ser aplicados na Saúde cerca de R$ 14 milhões.

Além de médicos, faltam também assistentes de enfermagem, enfermeiros e farmacêuticos

Além do número reduzido de auxiliares de enfermagem, enfermeiros e farmacêuticos, muitos desses especialistas estão sendo desperdiçados ao serem obrigados a fazer serviços administrativos e de recepção. Muitos sofrem com o desvio de função. Após denúncia do Sindicato, o Ministério Público abriu inquérito e está apurando o caso.

O Sindicato dos Servidores realizou um estudo no ano passado, que mostrou que, para 650 mil pacientes das 40 Unidades Básicas de Saúde do município, existem apenas cerca de 35 enfermeiros e menos de 200 auxiliares e técnicos.

Foi constatado que ao menos 160 auxiliares e técnicos estão em desvio de função.

Onde reclamar:

A Prefeitura Municipal de São José dos Campos possui um setor específico para registrar as reclamações. O atendimento é feito pessoalmente, das 8h às 17h, na Rua Professora Maria Luiza de Medeiros, nº 92 - Vila Santa Luzia - em frente ao Paço Municipal. As reclamações também podem ser feitas por telefone através do número 156 ou pelo e-mail: ouvidorias-ms@sjc.sp.gov.br.

ENTREVISTA: Heber Reis Passos, técnico do INPE

Pesquisas do INPE são prejudicadas em incêndio recente na Antártica

Apesar de o acidente ter comprometido 40% do Programa Antártico Brasileiro, os projetos de pesquisa do INPE estão entre os menos afetados.

Por Fernanda Soares

Na madrugada do dia 25 de fevereiro de 2012, um incêndio destruiu 70% da Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF, uma base brasileira localizada na ilha do Rei George, Arquipélago das Ilhas Shetlands do Sul. Para a construção de uma nova Estação, o Ministério da Defesa estima um gasto de R$ 100 milhões. O Governo Federal já liberou R$ 40 milhões, como foi publicado no Diário Oficial da União no dia 8 de março. O recurso será destinado aos trabalhos de limpeza da área, remoção de resíduos e adaptação dos módulos que restaram. A reconstrução está prevista para começar durante o verão de 2012/2013.

Atualmente, o INPE possui quatro Módulos de Pesquisa na ilha: o de Ozônio e Meteorologia, que ficam perto da área atingida, cerca de 100 metros; o Ionosfera, a 300 metros; e o da Alta Atmosfera, a 1 Km. No momento do incêndio, dois servidores do INPE estavam na Estação: José Roberto Chagas, da Divisão de Geofísica Espacial, e José Valentin Bageston, da Divisão de Aeronomia. Ambos já retornaram ao Brasil.

Para falar sobre os projetos do INPE em andamento na Ilha e as possibilidades de continuar as pesquisas, o ***Jornal do SindCT*** conversou com Heber Reis Passos, técnico eletrônico do INPE que, nos últimos anos, já realizou 26 viagens para a Antártica. Ele informa que, apesar de o acidente ter comprometido 40% do Programa Antártico Brasileiro, os projetos de pesquisa do INPE estão entre os menos afetados, pois os laboratórios utilizados estão separados do complexo da EACF.

Jornal do SindCT: Que pesquisas do INPE estavam em curso na EACF?

Heber Passos: Com experimentos para aquisição de dados, estavam em andamento os seguintes projetos: Radiação Ultravioleta, no Módulo Ozônio; Diagnósticos de Anomalias no Meio Geoespacial, no Módulo Ionosfera; e Observações de ondas de gravidade na atmosfera, no Módulo de Alta Atmosfera. No Módulo de Meteorologia, entre 1985 e 2010 foi mantida a aquisição de dados de Meteorologia (Grupo CPTEC), mas o Projeto não teve renovação do CNPq e as atividades ficaram suspensas. Como não foram disponibilizados recursos prometidos pelo INPE, a continuidade da série de dados ficou prejudicada.

Jornal do SindCT: Alguns jornais disseram que os projetos do INPE foram os menos atingidos... O que realmente foi perdido?

Passos: Os experimentos do INPE ficam instalados nos Módulos de Pesquisa, que, por serem afastados do complexo principal da Estação, não foram afetados diretamente pelo grande incêndio. Contudo, com o desastre, toda a geração de energia elétrica que abastecia o complexo foi extinta. Após esgotada a capacidade de fornecimento de energia reserva dos Módulos, todos os experimentos ficaram inoperantes e não estão mais adquirindo e armazenando dados. Os experimentos no Módulo Criosfera1, distante 2.500km ao sul da EACF, onde o INPE também tem atuação em colaboração com Projeto da UERJ/INCT-Criosfera, não sofreram interferências e continuam operando.

Jornal do SindCT: O INPE recebeu oferta de alguma base de outro país para dar continuidade às pesquisas?

Passos: As coordenações dos Projetos de Pesquisas com atuação na EACF, através dos INCTs, estão buscando alternativas com outras instituições dos países que possuem instalações na Antártica. Tem Projeto que está tentando cooperação para tentar reativar equipamentos em outros locais. Mas a maior dificuldade agora é que a maioria das operações logísticas na Antártica está se encerrando. Outra dificuldade é que não basta somente instalar; precisa-se de pessoal especializado para realizar a operação e manutenção, quando for necessário.

Jornal do SindCT: De que maneira as pesquisas poderão ter continuidade?

Passos: O grande incêndio pegou todos de surpresa, pois destruiu a única Estação de apoio a diversos grupos de pesquisa do Brasil. As mais afetadas foram principalmente as de aquisição de dados contínuos, pois tinham uma grande dependência do fornecimento de energia elétrica da EACF e de suas instalações. O INPE era a única instituição que mantinha diversos experimentos em contínua aquisição de dados por todo o ano, desde o início das operações da EACF. O Projeto de Meteorologia – CNPq/CPTEC, que operou na EACF, tem a maior série de dados ininterrupta na EACF: 25 anos. Agora teremos uma lacuna até que o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) consiga restabelecer condições de permanência e de fornecimento de energia elétrica. Mas o Programa não era só a EACF e muitos trabalhos continuarão, principalmente as pesquisas que podem utilizar os navios e acampamentos, bem como cooperações com outros países e instalações na Antártica.

Jornal do SindCT: Qual a previsão para retornar as pesquisas?

Passos: Acredito que teremos que aguardar de 2 a 3 anos para que o PROANTAR consiga restabelecer instalações na EACF que permitam apoio aos pesquisadores. Não basta somente reerguer uma nova Estação, com melhores instalações e distribuição. É necessário reequipar todos os laboratórios e criar condições para apoio e permanência com segurança. A EACF tinha suas deficiências e limitações, mas abrigava e facilitava o trabalho de boa parte dos pesquisadores. Na semana seguinte ao acidente, a direção do INPE se reuniu com os coordenadores dos projetos e já se comprometeu a buscar recursos para a aquisição de equipamentos de energia sustentável para os Módulos de Pesquisas.

Jornal do SindCT: De que maneira as pesquisas do INPE na Antártica interferem na vida dos brasileiros?

Passos: Algumas pesquisas contribuem diretamente para entendermos melhor a relação atmosfera/oceano/Antártica e suas interações com o continente sul-americano, o que auxilia os estudos de climatologia e suas interferências no nosso dia a dia, tal como a previsão meteorológica e de correntes oceânicas, além da radiação ultravioleta. Outras pesquisas auxiliam, de forma indireta, na compreensão das interações do Clima Espacial na atmosfera da Terra e dos fenômenos da Alta Atmosfera. Alguns experimentos mantêm séries históricas de dados, o que contribui para inúmeros estudos e uma melhor compreensão desse magnífico ambiente.

CPC/UFRGS/Divulgação

Criosfera1 com a equipe de pesquisadores responsável pela pesquisa na Antártica

Brasil

PREVIDÊNCIA: novo round na batalha pelo serviço público

Câmara extingue aposentadoria integral dos servidores

Projeto do governo que institui previdência complementar privada é aprovado na Câmara e agora vai ser votado no Senado

Por Claudia Santiago

A Câmara dos Deputados decidiu, no dia 28 de fevereiro, extinguir a aposentadoria integral no serviço público. O Projeto de Lei (PL) 1992/07 do governo federal institui a previdência complementar para os servidores públicos por meio da criação da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Funpresp).

A proposta foi apoiada por 318 votos. Foram 154 deputados contrários e houve duas abstenções.

São atingidos pela reforma os servidores que ingressarem no serviço público posteriormente ao início de funcionamento da Fundação. Os atuais servidores, se assim o desejarem, poderão aderir ao regime de previdência complementar.

O PL fixa o limite máximo das aposentadorias e pensões para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Caso seja aprovado no Senado, onde está desde 1º de março, o teto da aposentadoria dos servidores públicos passa a ser o mesmo fixado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para os trabalhadores do setor privado, hoje, em torno de R$ 3.900,00. Para receber mais do que o teto será preciso aderir à previdência complementar, onde, para cada real de contribuição pago pelo servidor, o governo contribuirá com outro real, até o limite de 8,5% da parcela do salário que exceder o teto do INSS pago aos trabalhadores do setor privado.

Privatização é risco para o trabalhador

A instituição de um fundo de pensão para administrar a aposentadoria dos servidores significa, na prática, a privatização de parte das aposentadorias no serviço público. Os fundos são entidades privadas. O trabalhador sabe com quanto vai contribuir, mas não sabe quanto receberá ao se aposentar. O valor dependerá dos rendimentos do fundo. Pode ser um bom valor, como acontece com a Previ, dos funcionários do Banco do Brasil; ou a Petros, dos funcionários da Petrobrás. Mas também pode acontecer como aconteceu com os funcionários da Varig. O Aerus, dentre outros, faliu e deixou todo mundo na mão. O mesmo destino tiveram os trabalhadores que aplicaram nos fundos Coroa-Brastel, Capemi, Econômico, Nacional, Bamerindus, Montepar-Peculio, durante os anos 70 e 80.

Isso também aconteceu no Chile. Em 1981, a previdência chilena foi privatizada. Anos depois, 70% dos fundos de pensão faliram. Nos Estados Unidos, a Enron, empresa de energia, ao afundar, levou milhares ao desespero.

O novo piso R$3900,00. O resto será privatizado

A eterna historinha do rombo da previdência

A justificativa do governo para aprovar a reforma da Previdência em 2003 e, agora, para aprovar o PL-1992, foi a de que existiria um "rombo" na previdência dos servidores públicos de R$ 52 bi, dados de 2010. O governo, ao longo dos anos, desviou dinheiro do fundo dos servidores para pagar uma série de despesas que não são exatamente aposentadorias de servidores. No caso dos servidores do Judiciário, do Legislativo e do Ministério Público, as despesas com previdência do governo irão até aumentar com o novo sistema. No modelo atual as receitas estão compatíveis com as despesas.

Além disso, o governo nunca contribuiu para um fundo da previdência depositando a parte do empregador. Este é um fato, aliás, que não pode ser desprezado pelos funcionários.

Com a criação da Fundação de Previdência Complementar, o governo não poderá deixar de repassar a sua parte como empregador. O fundo de pensão vai exigir o pagamento sem atraso. Então, é possível que daqui a alguns anos, alegando aumento da expectativa de vida da população, o governo proponha aumentar a idade da aposentadoria. Ou seja, nesta reforma, indiretamente, pode estar embutida uma futura nova reforma da Previdência. Ou até o aumento da carga tributária já que a União terá gastos enormes com a implantação desta fundação.

Mundo

CAPITALISMO: o poder do Estado norte-americano

EUA cancelam compra da Embraer para garantir empregos no Kansas

Estados norte-americanos foram os primeiros a dar calote em uma dívida externa

Por Claudia Santiago

No dia 28 de fevereiro, a Força Aérea dos EUA (USAF) cancelou um contrato de US$ 355 milhões, firmado com a brasileira Embraer, referente à compra de 20 aviões A-29 Super Tucano. A decisão causou espanto no governo brasileiro e repercutiu em diversos órgãos de imprensa.

O contrato inicial foi questionado na Justiça norte-americana pela concorrente Hawker Beechcraft, que saiu perdedora na concorrência. Em nota à imprensa, a Embraer afirma ter apresentado toda a documentação exigida e afirma permanecer firme em seu propósito de oferecer a melhor solução para a Força Aérea dos EUA.

O motivo alegado para o cancelamento do contrato não tem consistência. Políticos ligados ao partido republicano e ao estado do Kansas vinham criticando a escolha da Embraer desde sua oficialização, em 30 de dezembro passado. "A derrota da Hawker Beechcraft significaria a perda de empregos em Wichita, Kansas, cidade em risco de ver sua fábrica da Boeing fechada. A opção da USAF pela Embraer havia se tornado também munição eleitoral contra o presidente Barack Obama. O pré-candidato republicano Newt Gingrich criticara pelo menos duas vezes a escolha dos aviões da Embraer", analisa Denise Chrispim Marin, correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* (29.02), em Washington.

Uma prática antiga: o Estado intervém

A mão visível do Estado americano mais uma vez mostra sua força quando se trata de defender os seus interesses. Aliás, foram os estados americanos os primeiros a darem calote em uma dívida externa. Para construírem os milhares de quilômetros de ferrovias que permitiram ao país fazer a marcha ao Oeste, na segunda metade do século XIX, os governos estaduais fizeram empréstimos. "Venderam ações, debêntures, títulos na bolsa de valores de Londres. Os principais compradores desses papéis eram ingleses e alemães. Não eram os governos desses países, eram investidores que levaram o maior calote. Alguns ficaram sem as economias que iam utilizar para sua aposentadoria", explica o cientista político (Unicamp), Reginaldo Carmello de Moraes. A dívida nunca foi paga. Quando cobrado, o governo federal disse que não era com ele.

Para saber mais sobre o caminho do desenvolvimento nos Estados Unidos, ler *http://www.inct-ineu.org.br/documents/EUA%20como%20pais%20em%20desenvolvimento_000.pdf*